

ÍNDICE

STJ00058681

CAPÍTULO I

A SEGURIDADE SOCIAL: CONCEITO, ORIGEM E HISTÓRICO

1.	A Origem da Proteção Social	2
2.	Conceito de Seguridade Social	5
3.	A Saúde	6
4.	A Assistência Social	10
4.1.	Benefício Assistencial	13
4.2.	Outras Ações	16
5.	A Previdência Social	19
5.1.	Natureza Jurídica e principais características	19
5.2.	A Privatização da Previdência Social	22
5.3.	Regimes Previdenciários	24
5.4.	Regimes Próprios de previdência de Servidores Públicos	25
5.5.	Sistema de Inclusão Previdenciária	28
5.6.	Regimes de Financiamento e Equilíbrio Financeiro e Atuarial	30
6.	Evolução Histórica	34
7.	Evolução Histórica e Legislativa no Brasil	40
8.	Organização e Princípios Constitucionais	49

CAPÍTULO II

A CONSTITUIÇÃO E A SEGURIDADE SOCIAL – PRINCIPAIS DISPOSITIVOS

1.	Previsão Constitucional	62
2.	O Financiamento da Seguridade Social	63
2.1.	As Contribuições Sociais	64
2.1.1.	Competência	64
2.1.2.	Natureza Jurídica	64
2.1.3.	Previsão Constitucional	66
2.2.	Criação de Novas Contribuições Sociais	86
2.3.	A Noventena das Contribuições Sociais	88
2.4.	O Pequeno Produtor Rural e o Pescador Artesanal	89

2.5.	Imunidade das Entidades Beneficentes de Assistência Social	90
2.6.	Alíquotas e Base de cálculo Diferenciadas	91
2.7.	Remissão e Anistia de Contribuições Sociais	92
2.8.	Não-Cumulatividade das Contribuições Sociais	93
2.9.	Substituição da Contribuição sobre a Folha de Pagamento pela COFINS	94
2.10.	Orçamento da Seguridade Social	96
2.11.	Contratação com o Poder Público	96
2.12.	Aumento e Criação de Benefícios Previdenciários.....	97
2.13.	Requisitos Diferenciados para a Aposentadoria	97
2.14.	A Garantia do Salário Mínimo	98
2.15.	A Habitualidade dos Ganhos e sua Repercussão no Benefício	99
2.16.	Destinação Exclusiva das Contribuições Previdenciárias	100
2.17.	Competência da Justiça do Trabalho para Cobrança de Contribuições	102
	Apêndice	103

CAPÍTULO III LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

1.	Conceito	112
2.	Fontes da Legislação Previdenciária	113
3.	Autonomia do Direito Previdenciário	115
4.	Aplicação das Normas Previdenciárias: Vigência, Hierarquia, Interpretação e Integração	117

CAPÍTULO IV REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

1.	Conceito	126
2.	Beneficiários do Regime Geral de Previdência Social	127
3.	Filiação e Inscrição	128
3.1.	Filiação	128
3.2.	Inscrição	130
4.	Segurados Obrigatórios	134
5.	Segurado Facultativo	157

6.	O Conceito Previdenciário de Empresa e Empregador Doméstico	160
6.1.	Empresa	160
6.1.1.	Matrícula da Empresa	164
6.1.2.	A Questão das Cooperativas.....	165
6.2.	Empregador Doméstico	167

CAPÍTULO V
FINANCIAMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

1.	Introdução	170
2.	Contribuição dos Trabalhadores	172
3.	Contribuição da Empresa.....	185
4.	Evolução Legislativa sobre o Tema	186
5.	A Contribuição Incidente sobre as Remunerações de Empregados e Avulsos.....	186
6.	A Contribuição Incidente sobre as Remunerações de Contribuintes Individuais	187
6.1.	A Questão da Contribuição da Empresa sobre a Remuneração de Trabalhadores sem Vínculo Empregatício	190
7.	O Adicional das Instituições Financeiras	191
8.	O Seguro de Acidentes no Trabalho – SAT	192
8.1.	Beneficiários do SAT	195
8.2.	A Contribuição para o Seguro de Acidentes do Trabalho – SAT e para o Custeio da Aposentadoria Especial	196
8.2.1.	A Parcela Básica do SAT	196
8.2.2.	O Adicional ao SAT	201
9.	As Cooperativas de Trabalho e a Contribuição de 15% sobre o Valor Bruto da Nota Fiscal ou Fatura de Serviços	207
10.	Parcelas Integrantes da Base de cálculo	210
11.	Parcelas Excluídas da Base de cálculo	212
12.	A Contribuição do Empregador Doméstico	213
13.	Contribuições Substitutivas da Parte Patronal	214
13.1.	Associações Desportivas que Mantêm Equipe de Futebol Profissional	215
13.2.	Produtores Rurais.....	217

14. Outras Receitas da Seguridade Social	224
15. Destinação das Contribuições Sociais	225
16. Contribuições para Terceiros	226
Apêndice I	235
Apêndice II	251
Apêndice III	261

CAPÍTULO VI

SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO

1. Conceito	272
2. Segurados Empregado e Avulso	274
3. Empregado Doméstico	276
4. Contribuinte Individual	276
4.1. O Salário-Base	277
4.2. A Regra de Transição	278
5. Segurado Facultativo	280
6. Limites do Salário-de-Contribuição	280
6.1. Limite Mínimo	280
6.2. Limite Máximo	281
7. Composição do Salário-de-Contribuição	282
7.1. Parcelas Integrantes do Salário-de-Contribuição	282
7.2. Parcelas Não-Integrantes do Salário-de-Contribuição	284

CAPÍTULO VII

ARRECADAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES DESTINADAS À SEGURIDADE SOCIAL E RECOLHIMENTO FORA DO PRAZO

1. regras principais	300
2. Recolhimento da Contribuição Relativa à Comercialização da Produção Rural	303
3. Recolhimento em Atraso	304
4. Cálculo de Contribuições em Atraso, Retroação da Data de Início de Contribuição e Indenização dos Contribuintes Individuais	308
Apêndice	312

CAPÍTULO VIII

OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS E RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA

1.	Introdução	322
2.	Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP	324
3.	Responsabilidade Solidária	328
4.	A Retenção de 11% sobre o Valor Bruto da Fatura ou Nota Fiscal	328
5.	Construção Civil	334
6.	Grupo Econômico	336
7.	Administradores Públicos	336
8.	Titular da Firma Individual, Sócio de Empresa por Cotas de Responsabilidade Limitada, Acionistas Controladores, Administradores, Gerentes e Diretores	337
9.	Operador Portuário e Órgão Gestor de Mão-de-Obra	339

CAPÍTULO IX

NOTIFICAÇÃO FISCAL DE LANÇAMENTO DO DÉBITO E EXECUÇÃO FISCAL

1.	A Constituição do Crédito	342
2.	Parcelamento de Contribuições e Demais Importâncias Devidas à Seguridade Social	345
3.	Aferição Indireta	348
4.	Representação Fiscal para Fins Penais	349
5.	Dívida Ativa	353

CAPÍTULO X

DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO

1.	Introdução	358
2.	Decadência e Prescrição no Benefício	359
2.1.	A Previsão Legal do <i>caput</i> do art. 103 da Lei nº 8.213/91	359
2.2.	A Previsão Legal do parágrafo único do art. 103 da Lei nº 8.213/91	363
2.3.	A Previsão Legal do art. 104 da Lei nº 8.213/91	364
2.4.	Retroação do prazo prescricional	365
3.	Revisão do Benefício pela Própria Administração	368

4.	Decadência no Custeio	369
5.	Prescrição no Custeio	372
6.	Desconstituição do Crédito	374

CAPÍTULO XI

RESTITUIÇÃO E COMPENSAÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES

1.	Introdução	376
2.	Restrições	377
3.	A Restituição	378
4.	A Compensação	378
5.	Reembolso de Pagamento	380

CAPÍTULO XII

IMUNIDADE DE CONTRIBUIÇÕES

1.	Introdução	382
2.	Requisitos	383
3.	O Debate Atual em Torno da Questão	384
4.	O Conselho nacional de assistência social – CNAS	387
5.	Limitações	390
6.	Manutenção	390
7.	Perda	391
	Apêndice	393

CAPÍTULO XIII

PROVA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO – CND

1.	Introdução	408
2.	Situações Gerais de Necessidade do Documento	409
3.	Construção Civil	410
4.	Produtor Rural	412
5.	Contratações de Operação de Crédito Público	412
6.	Obtenção de Verbas dos Fundos de Participação	413
7.	Indicação de Finalidade	414

8.	Validade do Documento	415
9.	Dispensa da CND	415
10.	Situações Passíveis de Obtenção da CND	417
11.	Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa	418

CAPÍTULO XIV

CRIMES CONTRA A SEGURIDADE SOCIAL

1.	Introdução	420
2.	Apropriação Indébita Previdenciária	420
3.	Sonegação de contribuição previdenciária	424
4.	Falsificação de Documento Público	428
5.	Inserção de dados falsos em sistema de informações	429
6.	Modificação ou alteração não-autorizada de sistema de informações	431
7.	Estelionato	432
8.	Regras Gerais	433

CAPÍTULO XV

INFRAÇÕES À LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

1.	Introdução	436
2.	Valores das Multas	436
3.	Circunstâncias Agravantes	440
4.	Circunstâncias Atenuantes	441
5.	Gradação das Multas	441

CAPÍTULO XVI

RECURSO DAS DECISÕES ADMINISTRATIVAS

1.	Introdução	444
2.	Princípios do Processo Administrativo	445
3.	O Processo no Custeio	447
4.	O Processo no Benefício	454
5.	Conselho de Recursos	457
6.	Justificação Administrativa	462

CAPÍTULO XVII
PLANO DE BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

1.	Regimes Previdenciários	466
2.	Beneficiários do RGPS	467
3.	Manutenção e Perda da Qualidade de Segurado	472
4.	Carência	475
5.	Salário-de-Benefício	481
5.1.	Fator Previdenciário	484
5.2.	Disposições Gerais sobre o Salário-de-Benefício	489
6.	Renda Mensal de Benefício	493
7.	Reajustamento do Valor e Pagamento dos Benefícios	496
8.	Descontos Legalmente Autorizados na Renda Mensal do Benefício	502

CAPÍTULO XVIII
PRESTAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

1.	Aposentadoria por Invalidez	508
2.	Aposentadoria por Idade	514
3.	Aposentadoria por Tempo de Contribuição	521
3.1.	Tempo de contribuição	525
4.	Aposentadoria Especial	532
4.1.	Conversão de Tempo de Trabalho	540
5.	Auxílio-Doença	544
6.	Salário-Família	550
7.	Salário-Maternidade	555
8.	Auxílio-Acidente	561
9.	Pensão por Morte	564
10.	Auxílio-Reclusão	571
11.	Serviço Social	575
12.	Habilitação e Reabilitação Profissional	576
13.	Abono Anual	580

CAPÍTULO XIX
PRINCIPAIS REGRAS DE TRANSIÇÃO

1.	Introdução	582
2.	Regras Transitórias Definidas pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98	583
2.1.	Regra Transitória para a Aposentadoria por Tempo de Contribuição Integral (art. 9º, <i>caput</i> , EC nº 20/98)	584
2.2.	Regra Transitória para a Aposentadoria por Tempo de Contribuição Proporcional (art. 9º, § 1º da EC nº 20/98)	587
3.	Regras Transitórias Definidas pela Lei Ordinária nº 9.876/99	588
4.	Regras Transitórias da EC nº 41/03	589

CAPÍTULO XX
ASSUNTOS GERAIS DE BENEFÍCIOS

1.	Acumulação de Benefícios	596
2.	Segurado em Débito com a Previdência Social	598
3.	Benefícios de Legislação Especial	600

CAPÍTULO XXI
COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO DAS LIDES PREVIDENCIÁRIAS

1.	Introdução	612
2.	Custeio	614
3.	Benefícios Comuns	615
4.	Benefícios Decorrentes de Acidente de Trabalho	617
5.	Juizados Especiais Federais	617
6.	Execução de Contribuições Decorrentes de Decisões da Justiça do Trabalho	618
7.	Tutela Antecipada em Ações Previdenciárias	622
8.	Regras Gerais	623

CAPÍTULO XXII
SIMPLES

1.	Introdução	626
2.	Conceitos	628
3.	Tributos Incluídos no SIMPLES	630
4.	Tributos Não-Incluídos no SIMPLES	631
5.	Exclusão do SIMPLES	631
6.	Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte	633

CAPÍTULO XXIII
PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

1.	Introdução	638
2.	Conceitos Elementares	639
3.	O Equilíbrio Financeiro e Atuarial	643
4.	Regime Aberto de Previdência Complementar – EAPC	644
5.	Regime Fechado de Previdência Complementar – EFPC	645
6.	Planos de Benefícios	647
6.1.	Plano de Benefícios nas Entidades Abertas	649
6.2.	Plano de Benefícios nas Entidades Fechadas	650
7.	Normas Constitucionais sobre a Previdência Complementar	653
8.	A Previdência Complementar no Serviço Público	656
8.1.	A Questão dos Regimes Próprios	656
8.2.	O Regime Complementar Para Servidores Públicos	657

SÚMULAS PREVIDENCIÁRIAS	661
--------------------------------------	------------

EXERCÍCIOS	675
-------------------------	------------

GABARITOS	729
------------------------	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	741
---	------------